

# John Locke: entre a animalidade e a humanidade<sup>1</sup>

**Antônio Carlos dos Santos**

UFS

## **RESUMO**

O objetivo deste texto é analisar os argumentos que Locke mobiliza para demonstrar a diferença entre o animal e os humanos, a partir da perspectiva da identidade pessoal. Ele está dividido em duas partes: na primeira será evocada a presença do papagaio no Brasil, de onde Locke retira seu exemplo para discutir a identidade humana, tarefa que será desenvolvida na segunda parte. Esperamos contribuir com o debate sobre a relação entre humanos e não-humanos, de modo particular, no século XVII inglês.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Locke; animal; papagaio; identidade pessoal.

## **ABSTRACT**

The aim of this text is to analyse the arguments that Locke mobilises to demonstrate the difference between animals and humans, from the perspective of personal identity. It is divided into two parts: in the first, the presence of the parrot in Brazil will be evoked, from which Locke draws his example to discuss human identity, a task that will be developed in the second part. We hope to contribute to the debate on the relationship between humans and non-humans, particularly in the English seventeenth century.

## **KEY WORDS**

Locke; animal; parrot; personal identity.

---

<sup>1</sup> O presente texto é uma versão modificada de um outro, intitulado “The Talking Parrot: Brazilian National Symbol and Avatar of Human Identity for John Locke”, publicado no livro organizado por Stefanie Stockhorst; Jürgen Overhoff e Penelope J. Corfield. Human-Animal Interactions in the Eighteenth Century. red.LEIDEN | BOSTON: Brill Editor, 2022, v. 207, p. 98-114.

## Introdução

A definição daquilo que seria propriamente o humano atravessou a história da filosofia e os autores modernos não se furtaram a esse debate. Afinal, qual seria a fronteira entre o humano e a animalidade? Essa diferença seria de natureza material ou espiritual? Teriam alma ou sentiriam dor? Possuiriam moralidade ou perfectibilidade? Essas questões conduzem necessariamente ao grande debate no período sobre a identidade humana da qual participou Locke<sup>2</sup>. Para desenvolver seus argumentos se vale dos relatos históricos da literatura de viagem e de religiosos que estiveram no Brasil entre os séculos XVI e XVII, particularmente, a partir das experiências francesa e holandesa e, tomando como exemplo um animal que mais tarde representaria a alma do povo brasileiro: o papagaio.

Para que esse texto tenha maior inteireza, dividimo-lo em duas partes: na primeira, evocaremos as duas marcas históricas da presença do papagaio no Brasil, fonte de partida para a reflexão de Locke no *Ensaio sobre o entendimento humano*; na segunda, dedicaremos à análise filosófica desse animal em relação aos humanos, segundo a perspectiva de John Locke<sup>3</sup>, e que de alguma forma vai ecoar até os dias atuais<sup>4</sup>.

### I.

O Brasil, talvez, seja um dos poucos países do mundo que tem uma “certidão de nascimento”. Trata-se de uma carta, escrita no dia 1 de maio de 1500 por Pero Vaz de Caminha (1450-1500), destinada ao rei de Portugal, Dom Manuel I. Caminha era o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, comandante da frota de 13 navios

---

<sup>2</sup> No *Essay*, Locke assim resume esse debate: “Há peixes com asas que não estranham as regiões aéreas. Pássaros de sangue frio vivem nas águas como peixes [...]. Alguns animais estão a meio caminho entre os pássaros e os quadrúpedes. Anfíbios ligam os animais terrestres aos aquáticos. [...] Fala-se de sereias e homens marinhos. Alguns animais irracionais parecem ter tanto conhecimento e razão quanto outros, que se chama de homens. O reino animal e o vegetal estão tão juntos que, se tomarmos o animal mais inferior e o vegetal mais superior, dificilmente perceberás muita diferença entre eles. Mesmo nas partes mais inferiores e inorgânicas da matéria encontramos muitas espécies ligadas entre si, diferindo por graus insensíveis. Se considerarmos o infinito poder e sabedoria do Criador, teremos razão para pensar que é consoante a magnífica harmonia do universo, ao grande designo, à infinita bondade do arquiteto, que espécies de criaturas também ascendam, gradualmente, sem dificuldade, desde o homem até a infinita perfeição – a exemplo da descida gradual que vemos partindo de nós”. Locke, *Essay*, III, 5, 12 (Edição brasileira: 2012, p. 484-485). De acordo com a organização da Locke Society, as citações do Ensaio sobre o entendimento humano seguem o seguinte padrão: o número romano significa o livro, o primeiro arábico, o capítulo e o segundo o parágrafo. Doravante, apenas *Essay*.

<sup>3</sup> As citações de Locke foram retiradas da edição bilingue in : Locke, J. *Identité et différence : l'invention de la conscience*. Présenté, traduit et commentaire par Étienne Balibar. Paris: Éditions Seuil, 1998.

<sup>4</sup> Guichet faz uma primorosa análise da discussão sobre os limites da animalidade e da humanidade em Locke, Condillac e Rousseau do ponto de vista do instinto. Locke parte de outra abordagem: a da identidade pessoal. Sobre esse debate, ver : Guichet, Jean-Luc. “Locke, Condillac, Rousseau et la question de l'instinct”. *Annales de la Société Jean-Jacques Rousseau*. Tome Cinquantième. Droz, 2012.

que descobriu o Brasil. Toledo (2006) registra que, desde a chegada do navio com os primeiros portugueses, o papagaio se faz presente entre nós. Nessa carta, rica em detalhes e em informações sobre o exato momento em que a terra é vista pelos portugueses, há cinco menções a papagaios. Numa delas, refere-se à impressionante beleza de um tipo de papagaio cujo missivista não tardou em descrevê-la e ao mesmo tempo em notar que um de seus colegas quis trocá-lo com os índios por alguma bugiganga trazida pelos portugueses. Ainda segundo Toledo, na primeira nau de volta à Lisboa, em 1501, intitulada *Anunciada*, portava nossos psitacídeos que fizeram grande sucesso naquele continente. Coloridos, exuberantes, diferentes dos animais europeus, o papagaio tinha outra característica que era notável, além de sua beleza: imitava a voz humana.

De acordo com o mapa-múndi de Alberto Cantino, de 1502, o primeiro em que aparece o Brasil, tem-se um trio de coloridos papagaios que decora o território recentemente descoberto. A partir deste mapa, as novas terras portuguesas seriam identificadas como “Terra Papagalli”. Nela, a exuberância do animal colorido se alia à habilidade na expressão vocal, o que vai atizar a curiosidade e a procura por esse tipo de animal pela Europa inteira<sup>5</sup>. O documento fundador do território nacional serviu, assim, para divulgar ao mundo, até então desconhecido, o local paradisíaco onde a riqueza natural é abundante e onde qualquer um poderia se apropriar. Foi essa ideia que levou, além dos portugueses, inicialmente, os franceses e os holandeses, na sequência, o interesse pelo Brasil (Lestringant, 2000). Boa parte desta ambição está escrita nas narrativas de viagens do período, sobretudo em Jean de Léry, André Thévet<sup>6</sup>, Yves d'Évreux<sup>7</sup>, Claude d'Abbeville<sup>8</sup>, Hans Staden<sup>9</sup>, que são as mais

---

<sup>5</sup> Sobre o interesse do animal nas novas terras, há vários relatos, além da Carta de Caminha: Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (escritos entre fins do século XVI e inícios do XVII); Pero de Magalhães Gandavo, na *História da Província de Santa Cruz* (1576); Frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil* (1627).

<sup>6</sup> Trata-se de um estudioso de Cosmografia e Cartografia do rei da França, Henrique II. Embarcou para o Rio de Janeiro, na frota do Almirante Nicolas Durand de Villegagnon, permanecendo em terras brasileiras de novembro de 1555 a janeiro de 1556, a observar a natureza e os indígenas da Baía de Guanabara. É conhecido por ser o grande responsável pela vulgarização da expressão “França Antártica”, referindo-se à experiência colonial francesa, ao publicar *Les singularitez de la France Antarctique* (Paris, 1557), ilustrada com 41 xilogravuras. Há uma tradução brasileira: Thévet, André. *As singularidades da França Antártica*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.

<sup>7</sup> Yves d'Évreux (1577 - 1632) foi um religioso francês, que participou da expedição enviada em 1612 ao Maranhão, junto de seu amigo Claude d'Abbeville. Ao voltar à França, publicou em 1615 *Voyage dans le nord du Brésil*.

<sup>8</sup> Abade religioso francês, que participou da expedição enviada em 1612 ao Brasil (Maranhão) pelo governo de seu país. É autor da obra *Historie de la mission des pères capucins en l'isle de Maragnan et terres circonvoisines* (1614).

<sup>9</sup> Hans Staden foi um aventureiro mercenário alemão do século XVI que, por duas vezes, esteve no Brasil. Na última vez, passou nove meses escravo dos índios tupinambás. De volta à Alemanha, Staden escreveu em 1557

notáveis e populares no Brasil. Esta vasta literatura foi escrita por andarilhos, missionários, ou simplesmente aventureiros que residiram entre nós e que trouxeram a sua contribuição ao estudo de nossas origens a partir de diferentes perspectivas. Limitemo-nos aqui, a duas fontes históricas: a francesa e a holandesa.

Da França, como sabemos, as primeiras narrativas de viagem ao Novo Mundo foram contadas no livro *Viagem à Terra do Brasil* e publicado em 1578, por Jean de Léry<sup>10</sup> (1534-1611), que é uma espécie de mito fundador, integrante da comitiva de Villegagnon, conhecido como “projeto da França Antártica”. O livro contém informações etnográficas preciosas tão detalhadas, além de reflexões pré-antropológicas, que Lévi-Strauss o qualifica de “breviário do etnólogo” (Lévi-Strauss, 2009, 87). Léry, como se sabe, fez parte do grupo de 14 calvinistas que partiram de Genebra para participar da tentativa de instauração de uma colônia francesa na Baía da Guanabara. Apesar de ter prometido liberdade religiosa aos protestantes (a colônia era composta por católicos e protestantes, formada por europeus de várias nacionalidades), Villegagnon rapidamente começou a contestar as suas crenças e passou a persegui-los. Depois de oito meses, os protestantes resolveram deixar a colônia e passaram dois meses vivendo no continente, em estreita proximidade aos índios Tupinambás da região. Foi neste período que esteve no Brasil, entre fevereiro de 1557 e janeiro de 1558, que Léry se revelou um notável observador da natureza local e dos costumes indígenas.

Após detalhar a vida dos índios Tupinambás, num dos momentos marcantes do livro, Léry descreve os tipos de papagaios, impressiona-se com a sua variedade, e registra:

são notáveis pela beleza da plumagem e como, quando ensinados, são os que melhor falam, apreciam-nos mais do que os outros. Com efeito, um intérprete presenteou-me com uma dessas aves que há três anos conservava em seu poder. Pronunciava ela tão perfeitamente as palavras da língua selvagem e da francesa, que não era possível distinguir a sua voz da de um homem (Léry, 1961, 123).

A descrição de Léry, como podemos perceber, impressiona porque não há distinção entre a língua do selvagem e a de Montaigne, dada à perfeição da expressão animal, aliada à sua beleza. Na sequência desse diálogo, Léry registra o seu encontro

---

um relato de suas viagens ao Brasil que se tornou um grande sucesso da época. Ver: Staden, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

<sup>10</sup> Léry, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*. Texto estabelecido por Frank Lestringant a partir da 2ª edição (1580). Paris: Librairie Générale Française, 1994. A tradução utilizada aqui foi a edição brasileira: Léry, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1961.

com uma índia, que tem um papagaio, e faz dele seu objeto de barganha. Afirma ele:

Maior maravilha ainda me pareceu, porém, um papagaio dessa espécie pertencente a certa índia de uma aldeia distante duas léguas da nossa ilha. Dir-se-ia que essa ave entendia o que lhe falava a sua dona. Quando por ali passávamos esta nos interpelava: "dai-me um pente ou um espelho e eu farei com que o meu papagaio cante e dance em vossa presença". Se dávamos o que pedia, bastava-lhe uma palavra para que o pássaro comesse a saltar na vara em que pousava, a conversar, assobiar e arremedar os selvagens de partida para a guerra, de um modo incrível. E quando a dona dizia para cantar, ele cantava; e também dançava quando ela lho ordenava. Se, porém não lhe dávamos nada, ela se limitava a dizer asperamente ao papagaio: *augé*, isto é, "para" e ele se aquietava sem proferir palavra e por mais que lhe disséssemos não movia nem o pé nem a língua. Se os antigos romanos foram bastante sábios para fazer suntuosos funerais ao corvo que, em seus palácios os saudava por seus próprios nomes, tirando mesmo a vida a quem o matava, como nos refere Plínio, imagine-se o que não teriam feito se tivessem possuído um papagaio tão perfeitamente ensinado! (Léry, 1961,123).

Ainda na sequência dessa conversa, o calvinista quer o papagaio para si, em troca de qualquer objeto que a índia queira: ela não titubeia e pede um "canhão grande" que, para as limitadas posses de Léry era simplesmente impossível. O diálogo acaba abruptamente, mas o leitor entende o problema: está fora de questão qualquer conversa mercantil que envolva aquele precioso papagaio. Para a índia, havia coisas impagáveis, e aquele animal era uma delas.

É verdade também que a obra inteira faz referência aos vários tipos de papagaios e à forma pela qual os índios se relacionam com eles e com o restante da natureza. Ao decidir voltar para a França, Léry decide, assim como os demais companheiros do navio, levar consigo vários papagaios de diferentes espécies. Mas, no final da obra, relata que ela foi marcada por muito sofrimento. O barco já saiu do Rio de Janeiro avariado, a comida foi pouca em relação à quantidade de gente, e o tempo da viagem se estendeu muito mais do que o previsto. Já perto do fim do trajeto, sem comida disponível, Léry registra, com muita tristeza, que foi obrigado a consumir o próprio papagaio que levaria para ser ofertado a um almirante. Este episódio aconteceu não só com o calvinista, mas com vários de seus companheiros que estavam no navio e que também portavam papagaios traficados para a Europa. O valor financeiro do animal valeria tamanho sacrifício, se não fosse a urgência da sobrevivência dentro do navio.

Por meio dos relatos detalhados envolvendo o papagaio, o leitor acaba entendendo melhor que o psitacídeo tornou-se um produto exótico de comercialização

altamente lucrativo porque se trata de um bicho exuberante, engraçado, maliciosamente esperto, valorizado por sua faculdade de imitar a voz humana. Era isso que fazia do animal tão raro quanto caro, e que presentear alguém com ele era como se ofertasse pedras preciosas<sup>11</sup>.

Mas, certamente o episódio mais marcante envolvendo papagaio ocorreu durante a ocupação holandesa no Nordeste brasileiro. Tudo começou em 1630, quando um ambicioso projeto da *West Indische Compagnie* (WIC) invade Recife, região considerada a mais rica produtora de açúcar do mundo de então, e lá se instalou por 24 anos “o Brasil holandês”, sendo Maurício de Nassau o seu governador-geral. Um dos aspectos mais impressionante da história deste alemão em terras nordestinas foi o seu traço civilizador num lugar bastante primitivo<sup>12</sup>. Contrário à monocultura, obrigou os agricultores a plantarem mandioca que, como ele dizia, seria o “pão do Brasil”. Proibiu os senhores de engenho derrubarem cajueiros para que não entrassem em extinção. Construiu palácios, pontes e estradas. Incentivador das artes, promoveu cavalhadas, peças de teatro, manifestações artísticas e culturais. Tolerante, permitiu a construção de sinagogas, por um lado, e promoveu uma política de aproximação entre calvinistas e judeus, por outro (Mello, 2010).

Foi dentro deste contexto histórico que um episódio envolvendo um papagaio e o governador holandês no Brasil ficou registrado nas “Memoirs” de William Temple, publicado em 1689, e que se refere a um diálogo mantido entre ele e Johan Maurits van Nassau. O ocorrido circulou enormemente a tal ponto que John Locke retoma todo o diálogo original no livro II, capítulo 27, da quarta edição (1700) do *An Essay concerning Human Understanding*. Para comprovar que tal peripécia tenha, de fato, ocorrido, além do texto, temos uma pintura com o tal papagaio, acrescido de uma longa frase, além da assinatura de Nassau, que abordaremos na segunda parte deste artigo (Temple, 1689).

No que concerne ao fato, registra Locke com base no texto original de Temple:

Lembro-me das palavras do próprio Príncipe Maurice relativas a um relato de uma história comum mas muito acreditada – que já tinha ouvido muitas vezes das bocas de outros – acerca de um velho papagaio que ele tinha tido no Brasil

---

<sup>11</sup> John Locke faz referência a Jean de Léry em dois momentos distintos no *Essay*: I, 3, 9 e I, 4, 8.

<sup>12</sup> Maurício de Nassau trouxe para o Brasil vários cientistas, dentre eles, Georg Marcgraf e Willem Piso. O primeiro, nascido em Liebstad, Alemanha, em 1610, estudou clima e classificou centenas de espécies da fauna e da flora brasileiras. Foi de tudo um pouco: naturalista, astrônomo, matemático, agrimensor e cartógrafo. O segundo, nasceu em Leida, em 1611. Foi naturalista e médico particular de Nassau, que realizou pesquisas aprofundadas sobre doenças tropicais e ervas medicinais brasileiras. Ambos, em 1648, publicaram a maior obra científica e artística do Brasil colônia: *Historia Naturalis Brasiliae*. Esta obra, segundo especialistas, continua sendo até hoje fonte importante para estudiosos de etnologia e etnolingüística sul-americanas, além das evidentes contribuições no campo das ciências naturais. Para maiores detalhes, ver: Piso, Willem. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1948 [1648].

durante a sua governação nesse país. Esse papagaio falava, perguntava e respondia a perguntas normais, como se fosse uma criatura racional [...]. Ouvi muitos pormenores desta história e as pessoas asseguravam-me que era difícil que fosse mentira, o que fez com que perguntasse ao Príncipe Maurice acerca da veracidade da história. [...]. Quando o trouxeram pela primeira vez à presença do príncipe, que estava rodeado de muitos holandeses, o papagaio disse nesse momento: Que grande grupo de homens brancos aqui temos! Perguntaram-lhe o que é que pensava que aquele homem era, apontando para o príncipe. Ele respondeu, dizendo: Um general ou parecido. Quando o aproximaram do príncipe, este perguntou-lhe: *D'où venez-vous?* O papagaio respondeu: De Marinna. O príncipe: *À qui êtes-vous?* O papagaio: *À un portugais.* O príncipe perguntou: *Que faites-vous?* O papagaio respondeu: Je garde les poules. O príncipe riu e disse: Vous gardez les poules? O papagaio respondeu: *Oui, moi, et je sais bien faire;* e repetiu quatro ou cinco vezes o som que as pessoas costumam fazer quando chamam galinhas. Eu aponte as palavras deste precioso diálogo em francês, tal como as ouvi do Príncipe Maurice. Perguntei-lhe em que língua o papagaio falava, e ele disse que era em brasileiro. Perguntei-lhe se ele entendia brasileiro e ele respondeu negativamente, mas que tivera o cuidado de ter dois intérpretes junto de si, um era holandês e falava brasileiro, o outro era brasileiro e falava holandês, e questionava-os em separado e em privado, e ambos lhe disseram precisamente a mesma coisa em relação ao que o papagaio tinha dito, sem haver qualquer diferença. [...]” (*Essay*, II, 27, §8)

Da parte do memorialista, duas questões são dignas de registro: a primeira, o fato de certificar-se de que o diálogo fora presenciado e confirmado por quem entende tanto do português quanto holandês, além do governador local; a segunda, o fato de que o relato é narrado como anedota para provocar o riso “e distrair” o seu leitor. Apesar de Locke não ter o propósito do entretenimento no *An Essay concerning Human Understanding*, este episódio ficou marcado justamente por isso: não passar de uma piada na qual um papagaio raciocina, pensa e fala como se fosse um ser humano. Com este raciocínio equivocado, um papagaio poderia ser considerado um humano apenas por ter o dom da fala. Essa narrativa foi reproduzida à exaustão a partir do final do século XVII<sup>13</sup> e tornou-se piada internacional<sup>14</sup>.

Mas, seria esse o propósito de Locke? O que essa imagem representa no contexto do livro? Se partirmos do pressuposto de que a “terra dos papagaios”, como ficou conhecido o Brasil historicamente, constituiu-se vinculado à natureza exuberante e

<sup>13</sup> Woodworth, Francis Channing. *Stories about birds, with pictures to match*. Boston: Phillips, Sampson & Co., 1851. Ver também: JOHNSON, Paul Christopher. An Atlantic genealogy of “spirit possession”. *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge, v. 53, n. 2, p. 393-425, 2011.

<sup>14</sup> Segundo o diplomata Franco, este fato virou piada internacional. Ver: Franco, Afonso Arinos de Melo. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2000, 318p.

formosa, tal como as cores dos psitacídeos, como ele passou a ser símbolo do país, mas por uma perspectiva pouco nobre? Em qual momento houve o “giro epistemológico” da compreensão do papagaio de uma forma positiva para outra, negativa? São questões como esta que a segunda parte visa tentar responder.

## II.

John Locke usou o episódio como um mero exemplo histórico para apontar um dos maiores problemas filosóficos do século XVII, e que ecoa até o mundo contemporâneo: o conceito de homem ou simplesmente a questão da identidade pessoal<sup>15</sup>.

Mas, antes de tudo, precisamos entender o lugar deste debate na sua própria obra, que é o coração do *An Essay concerning Human Understanding*: no livro II, logo após ele ter contestado Descartes e a sua famosa formulação do *cogito ergo sum*, que na época gozava de muito prestígio no círculo intelectual inglês.

*Grosso modo*, o que defendia o filósofo francês? A existência de princípios especulativos e práticos inatos. O que propõe Locke, além de negar haver tais princípios inatos? A ideia segundo a qual a origem de todo o nosso conhecimento está na experiência. Neste sentido, sua tese central é que preencheríamos a folha de papel em branco, que é nossa mente, com ideias provenientes da sensação e da reflexão. Ainda segundo Locke, nosso entendimento seria completamente passivo ao receber as ideias simples, matérias básicas de todo nosso conhecimento. Por conseguinte, aquilo que não possuíssemos experiência, isto é, que não entrasse em nossa mente por intermédio da sensação ou da reflexão, permaneceria estranho a nós, e não teríamos qualquer conhecimento a seu respeito.

O ponto de partida, portanto, do Livro II, capítulo XXVII do *An Essay concerning Human Understanding* é justamente sobre a identidade e a diversidade. O que faz com que eu seja eu e não uma outra pessoa? Como podemos permanecer o mesmo não obstante a mudança temporal? No fundo, Locke se questiona sobre o critério a partir do qual nós definimos o que é uma pessoa, um ser humano ou um outro animal qualquer. Mas, não podemos esquecer, em Locke, que cada palavra significa uma ideia e, para descobrirmos a que a identidade de determinada coisa remete, necessitamos saber o que cada termo significa. É nesta perspectiva que Locke

---

<sup>15</sup> Sobre a atualidade do pensamento de Locke, Ayers afirma: “Talvez nenhum filósofo moderno, com exceção de Kant, tenha tido uma influência tão ampla quanto Locke, e o próprio Kant teve um profundo débito com seu célebre predecessor. Contudo, Locke não tem tido uma boa recepção no século XX [...]. O *Ensaio* pode ser, hoje, um livro difícil de ler, mas sua reputação está sendo reavivada. Filósofos estão começando a reaprender como ele foi capaz de mudar o rumo do pensamento europeu, e a encontrar nesse livro, por datado e problemático que seja, lições que são ainda pertinentes para nós”. Ayers, Michael. *Locke: ideias e coisas*. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

conceitua homem dentro da categoria de animais biológicos; o ser humano faria parte da espécie de “homo sapiens”, e a pessoa, um termo jurídico, com certas propriedades de racionalidade e consciência de si através do tempo. Pessoa, neste aspecto, é um termo moral, prático, que denota a capacidade de agir conscientemente. Por isso, arremata Locke:

[...] tendo já explanado em que e que a identidade pessoal consiste, temos de ter em conta o que é que *pessoa* representa – e que penso tratar-se de um ser inteligente pensante, que possui raciocínio e reflexão, e que se pode pensar a si próprio como o mesmo ser pensante em diferentes tempos e espaços; é-lhe possível fazer isto devido apenas a essa consciência que é inseparável do pensamento e, pelo que me parece, é essencial para este, sendo impossível para qualquer um compreender sem *apreender* que consegue compreender. Quando vemos, ouvimos, cheiramos, sentimos, refletimos ou desejamos alguma coisa, sabemos o que estamos fazendo. Portanto, é sempre em relação às nossas sensações e percepções do presente, e através disto, que cada um é para si próprio o que ele chama de eu, não sendo, neste caso, considerado se o mesmo eu persiste apenas na mesma substância ou em substância diferentes. Porque, uma vez que a consciência acompanha sempre o pensamento e é o que faz com que cada um seja ele próprio e, desse modo, se distinga de todas as outras coisas pensantes, é somente nisto que consiste a identidade pessoal, ou seja, a singularidade de um ser racional; e até onde esta consciência retroceder, em direção a uma ação ou pensamento passado, aí chega a identidade dessa pessoa; é o mesmo eu agora e no passado, e é por esse mesmo eu em conjunto com o eu do presente, que agora reflete acerca do passado, que essa ação foi realizada (*Essay*, II, 27, § 9).

Dois pontos são dignos de nota neste texto do filósofo inglês: a pessoa significa ter consciência de si, por um lado, mas também denota a sua responsabilidade para com as demais, do ponto de vista moral, por outro. Seja em um, seja em outro, é preciso haver o pensamento, a reflexão, o sentido de o que está se pensando. Por isso não pode haver consciência sem o exercício da mente. Ora, ao defender este argumento, o filósofo inglês estabelece as bases epistemológicas da moderna concepção de pessoa, uma vez que ela não estará mais vinculada à essência, como defendida Aristóteles, ou à substância, como sustentava Descartes, mas ao exercício das faculdades puramente observáveis na esfera empírica (Schumacher, 2008).

Assim, quando Locke relaciona homem a papagaio, ele não os compara por um viés de que o primeiro porta racionalidade e que o segundo é destituído dela, mas os aproxima por ambos serem corpos vivos organizados biologicamente. Para Locke, portanto, o conceito de homem como animal racional é insuficiente para conceituá-lo, razão pela qual sugere várias dúvidas e confusões, como a aproximação entre o homem e o papagaio, supostamente inteligente na fala e no raciocínio. Ao introduzir

a sutil diferença entre ser humano e pessoa, Locke apresenta o problema da identidade pessoal: aquilo que faz com que cada um seja o que é. Isto porque, afirma Locke:

Na medida em que um ser inteligente conseguir repetir a ideia de qualquer ação passada, com o mesmo grau de consciência que tinha da mesma no início, e com a mesma consciência que tem de qualquer ação presente, nessa mesma medida será o mesmo eu pessoal. Visto que é pela consciência que possui pensamentos e ações do presente que o eu é agora para si próprio, e assim será o mesmo eu na medida em que a mesma consciência se possa alargar as ações passadas ou futuras; e não seria duas pessoas, pela distância temporal ou pela alteração da substância, tal como um homem não seria dois homens por vestir hoje roupa diferente da de ontem, independentemente de ter dormido muito ou pouco tempo: a mesma consciência une essas ações distantes numa mesma pessoa, independentemente das substâncias que contribuíram para a sua produção (*Essay*, II, 27, § 10).

Locke defende que, graças à consciência que cada um porta, seja no passado, seja no presente, conforme as ações e pensamentos ao longo dessas diferentes épocas, garante a nossa existência e identidade não obstante a mudança no tempo. Isso implica dizer que o eu de cada um depende da sua identidade da consciência. Schumacher sintetiza assim esta questão:

Locke sustenta que o critério para a identificação da mesma pessoa é constituído por esta mesma pessoa no seu interior e sem a qual ela possa ser fundada por uma instância externa a ela. Sua identidade só é acessível a ela mesma à medida em que a consciência de si se caracteriza por uma certa autenticidade em direção a ela mesma. (Schumacher, 2008, 32).

É nesta perspectiva que cada um deva ser consciente de seus atos e de suas responsabilidades, presentes e passadas, e possa pensar eventuais sanções futuras. Ora, nada disso seria possível sem o poder da memória em nossa mente. Para Locke, a memória<sup>16</sup> é o armazenamento de nossas ideias passadas. Como ele próprio defende, é “o poder, da mente, de muitas vezes reviver percepções adicionais de que já as teve” (*Essay*, II, X, § 2). Mas, lembra-nos Locke, a memória pode falhar e, com o tempo, pode tornar-se mais lenta, dificultando as atividades da mente (*Essay*, II, X, § 8).

---

<sup>16</sup> Sobre o conceito de memória em Locke, ver: Hamou, Philippe. *Mémoire et ‘Conscience continuée’ : Une lecture de Locke sur l’identité personnelle. Philosophical Enquiries : revue des philosophies anglophones – décembre 2014, n° 3 – Dossier « Locke (II) »*. Sobre este mesmo tema, ver: Hamou, Philippe. *Dans la chambre obscure de l’esprit : John Locke et l’invention du mind*. Paris: Les Éditions d’Ithaque, 2018.

Tudo leva a crer que Locke queira mostrar para o seu leitor a beleza, mas também os limites do próprio entendimento humano<sup>17</sup>.

Portanto, ao evocar o papagaio falante, Locke não precisava reforçar o seu argumento de que o homem, do ponto de vista biológico, é um ser orgânico e vivo, como um papagaio, mas apontava para algo que hoje, 300 anos depois, sabemos que se trata de uma teoria aceita: a de que os animais *sencientes* podem ser considerados uma pessoa à medida que sentem dor, angústia, solidão, dentre outros sentimentos, razão pela qual podem ter *status* jurídico (Singer, 1997). Contudo, é preciso insistir, Locke não avança nessa discussão e deixa para os naturalistas responderem essa questão, conforme vimos (*Essay*, II, 10, § 9).

Mas, se o papagaio tem características supostamente racionais, onde estaria o mal? Por que o papagaio brasileiro teria o traço de maledicência que marcaria tão negativamente a sua cultura? Qual seria a relação entre a representação do papagaio e a sua maldade?

No episódio retomado por Locke no *An Essay concerning Human Understanding*, conforme registrado, que ocutamos propositalmente uma parte, chama a atenção do leitor um detalhe pouco analisado entre os seus comentadores sobre este tema: a esperteza do papagaio é tamanha que parece estar possuído. No início da narrativa, registra o seu autor: “[...] Aqueles que pertenciam à sua comitiva geralmente concluíam que se tratava de uma feitiçaria ou de algo de que estava possuído. E um de seus capelães, que viveu muitos anos na Holanda após ter estado no Brasil, a partir daí, nunca mais suportou papagaios, dizendo que todos eles tinham o diabo dentro de si” (*Essay*, II, 10, § 9).

Se o traço racional pode parecer positivo, isso não significa a mesma coisa quanto à sua eventual possessão. Ao que parece, foi esta característica do papagaio, na forma de expressar exagerada, a tal ponto de parecer estar possuído, que notabilizou historicamente na cultura brasileira a sua maledicência. Ela é traduzida na sua esperteza junto com uma língua malévola, mordaz, que difama e detrata quem quer que seja, sem o devido filtro ético, e provocando certo temor em quem o rodeia. Ou seja, exige-se do papagaio o que ele não pode fornecer: uma eventual atitude ética, do ponto de vista cultural, resultando daí a sua pouca virtude.

Essa relação entre o papagaio e a sua malignidade não era nova no século XVII e não começou com o relato envolvendo Nassau. Ela já tinha sido registrada no século anterior e deixou herança para o posterior. Mas, de onde tudo isso começou? Onde estaria o seu problema central?

---

<sup>17</sup> Sobre esta questão, ver: Silveira, Daniel. *A teoria das ideias e o conceito de identidade pessoal em Locke*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) da Universidade Federal de Sergipe, 2020, 100p.

Segundo Teixeira, Professor do Departamento de Vertebrados, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), este problema começou quando a tradição cristã entendia que só haveria três classes de seres dotados de palavras: os anjos, os homens e os demônios, até a chegada do papagaio na Europa. É verdade que antes do século XVI circulavam, ainda no continente europeu, várias lendas envolvendo animais demoníacos. Duas são notáveis: a primeira delas, trata das “Navegações de São Brandão”, que no capítulo sobre o “paraíso das aves”, registra de ter chegado numa ilha de pássaros falantes que, no fundo, esses psitacídeos não passavam de anjos caídos que receberam penalidades suaves por não terem se dedicado completamente ao maligno; a segunda história é narrada por um monge do período, que um papagaio foi preso pelas garras de um gavião quando, percebendo o perigo que o aguardava, ainda em pleno ar, expressou-se em latim: “Sancte Thoma, adjuva me!” (“Valei-me meu São Tomás!”), e milagrosamente o papagaio foi libertado graças à proteção do santo. Mas, ainda segundo Teixeira, foi Martinho Lutero quem chamou a atenção da capacidade da fala e da esperteza do papagaio: a presença do diabo em seu corpo faz com que ele imite as pessoas (Teixeira, 2017, p. 102). Esta descoberta fez correr a crença de que, com um psitacídeo não se brinca, e o cuidado para com o animal deve ser dobrado. Por isso, afirma o especialista neste assunto: “Como os mais supersticiosos ainda fariam o sinal da cruz na presença de aves muito linguarudas na segunda metade do século XVIII, não chega a causar surpresa que, no ano de 1792, um papagaio e um macaco tenham sido processados por heresia e mortos na fogueira em Miranda del Ebro, Espanha” (Teixeira, 2017, p. 103).

Ao que tudo parece indicar, apesar de Nassau estar acompanhado de cientistas, no episódio aludido, preferiu interpretar que o papagaio estaria mesmo possuído. Numa pintura, que atualmente está na Croácia, podemos ver o suposto “verdadeiro” papagaio da narrativa com uma frase escrita pelo próprio punho de Nassau: “Este é o papagaio que tão habilmente responde e formula perguntas que muitas centenas de pessoas que o ouviram nada mais puderam concluir senão que era o demônio que falava através dele [...]” (Teixeira, 2017, p. 104)<sup>18</sup>. Assim, o governador holandês em terras brasileiras chegou à conclusão de que, de fato, o papagaio teria parte com o diabo. Essa história ganhou adepto de tal forma que se popularizou no Brasil numa versão mais branda: conta-se que diante de um papagaio tão esperto,

---

<sup>18</sup> Ver também: Teixeira, Dante Martins (org.). *Brasil Holandês: Miscellanea Cleyeri, Libri Principis & Theatrum rerum naturalium Brasiliae*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1995. \_\_\_\_\_. O mito da natureza intocada: as aves do Brasil Holandês (1624 - 1654) como exemplo para a história recente da fauna do Novo Mundo. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) - Pós- Graduação em Ciências Biológicas/ Zoologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

alguém teve a feliz ideia de enviá-lo para o rei holandês. “Sua Majestade, porém, nunca tinha visto semelhante criatura e cortou-lhe a cabeça logo no começo da cantoria, pois um animal falante só podia ser algo demoníaco” (Teixeira, 2017, p. 104). Na cultura popular brasileira, há várias anedotas como essa envolvendo o papagaio e alguma presepada cometida seja com seus donos ou amigos.

O problema do papagaio não está em falar, muito menos em imitar a voz humana, mas na incompreensão desta época de que fazia parte de sua natureza, a imitação daquilo que lhe era ensinado ou simplesmente daquilo que o papagaio via e ouvia, sem filtros éticos ou morais. Teixeira nos conta outro exemplo, desta vez, em plena Paris no século XVIII, no período áureo do Terror. Registra ele que um papagaio gritava sem parar “Viva o Rei!”, “Viva os nossos sacerdotes!”, “Viva os nobres!”, em pleno momento revolucionário. O papagaio e suas proprietárias foram presos e levados diante do tribunal. Nele, a ave recusou-se a falar em juízo, e “os réus terminariam sendo libertados pela falta de evidências, mas obrigou-se o papagaio reacionário a ser politicamente doutrinado por uma ‘tricoteuse’ – a cidadã Le Bon – aprendendo a repetir ‘Viva a Nação!’” (Teixeira, 2017, p. 111). Relendo essa história, não há como não relacionar o papagaio à risada, ao divertimento, ao deboche, à obscenidade. Como podemos observar, não importa a cultura, o papagaio pode se tornar inconveniente e, por isso mesmo, maledicente se não lhe for imposto limites, ou seja, se não for ensinado.

### Considerações finais

Finalmente, o papagaio de Locke, para além da questão específica do *An Essay concerning Human Understanding*, demonstra também que é difícil e multifacetada a relação entre o homem com o mundo natural, especialmente com aqueles animais que imitam aspectos humanos. É certo que a fisiologia do papagaio, com sua siringe complexa e cérebro avantajado fornecem ao animal uma enorme capacidade de concentração e aprendizagem, muito diferente de outros congêneres. Isso faz com que ele imite os sons que frequentemente ouve, seja de forma espontânea, seja quando lhe é ensinado. No caso da história do holandês, contada por Locke, atribuía ao papagaio a excepcionalidade da sua fala à característica de homem. Ora, para Locke, conforme vimos, o pressuposto é equivocado. Por esse argumento, se pensássemos num som de humano saindo de um computador, concluiríamos, de imediato, que se trataria de um humano, uma vez que apresenta o mesmo som. Para evitar esse equívoco, Locke introduz o conceito de pessoa vinculado ao aspecto jurídico e à

definição de homem acompanhada de outros atributos, como a consciência, a linguagem, o pensamento.

Em Locke, portanto, homem é corpo vivo, mas pessoa, é sujeito de reflexão e consciência de si; o papagaio, por mais que pareça um ser humano por causa de sua esperteza e fala, não deixa de ser um papagaio. Neste sentido, o que nos distingue desse animal, assim como dos demais, é o fato de termos consciência de que participamos na vida continuamente, que temos filiações com a temporalidade e com a memória. É nisto, enfim, que consiste a nossa identidade: a capacidade de reconhecer-se a si mesma como sendo a mesma pessoa no presente, no passado e projetando o futuro.

No Brasil, o papagaio tem as cores de sua bandeira; apresenta certa exuberância ao expressar-se; é tradicionalmente alegre, como o carnaval; tem habilidades que sugerem possessões malignas. Tudo isso, de uma forma ou de outra, contribuiu para que o povo brasileiro se identificasse com o papagaio, popularizando-se piadas envolvendo esse animal. Uma das mais célebres, conta-se, é do final da história de Chapeuzinho Vermelho. Muitos avós achavam o final dessa história muito triste e, ao contarem para os seus netos, forneciam outra versão. Segundo essa interpretação, quando o lobo bateu à porta, antes de a Vovó abri-la, ouviu a voz de papagaio da família que dizia com o tom angustiado: “Não abra a porta! É o Lobo Mau que está aí”<sup>19</sup>. Dito e feito: a Vovozinha foi salva graças à habilidade do papagaio atento a tudo o que se passava ao seu redor.

## Bibliografia

- Ayers, Michael. (2000). *Locke: ideias e coisas*. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP.
- Dantas, A. (2014). Câmara Cascudo e aquela do papagaio. *Folha de São Paulo*. Ilustríssima, 16/03/2014.
- Dos Santos, A. C. (2022). The Talking Parrot: Brazilian National Symbol and Avatar of Human Identity for John Locke. In: Stefanie Stockhorst; Jürgen Overhoff; Penelope J. Corfield. (Org.). *Human-Animal Interactions in the Eighteenth Century*. 1ed. Leident/Boston: Brill Editor, v. 207, p. 98-114.
- Évreux, Yves. (2012). *Voyage au nord du Brésil (1615)*, Édition critique établie par Franz Obermeier, Kiel, Westensee Verlag, Die Deutsche Bibliothek, coll. « Fontes Americanae ».

---

<sup>19</sup> Esta história é narrada por Câmara Cascudo a Audálio Dantas, num encontro entre os dois. Ver: Dantas, A. Câmara Cascudo e aquela do papagaio. *Folha de São Paulo*. Ilustríssima, 16/03/2014.

- Fançozo, Mariana. (2010). *Cadernos de Etnolinguística*, vol. 2, n. 1, p. 1-7, fev.
- Franco, Afonso Arinos de Melo. (2000). *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: TopBooks.
- Guichet, Jean-Luc. (2012). “Locke, Condillac, Rousseau et la question de l’instinct”. *Annales de la Société Jean-Jacques Rousseau*. Tome Cinquantième. Droz.
- Hamou, Philippe. (2018). *Dans la chambre obscure de l’esprit : John Locke et l’invention du mind*. Paris: Les Éditions d’Ithaque.
- Hamou, Philippe. (2014). Mémoire et ‘Conscience continuée’ : Une lecture de Locke sur l’identité personnelle. *Philosophical Enquiries : revue des philosophies anglophones* – décembre n° 3 – Dossier « Locke (II) ».
- Johnson, Paul Christopher. (2011). An Atlantic genealogy of “spirit possession”. *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge, v. 53, n. 2, p. 393-425.
- Léry, Jean de. (1994). *Histoire d’un voyage faict en la terre du Brésil*. Texto estabelecido por Frank Lestringant a partir da 2ª edição (1580). Paris: Librairie Générale Française.
- Léry, Jean de. (1961). *Viagem à terra do Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Editora do Exército.
- Lestringant, Frank. (2000). De Jean de Léry a Claude Lévi-Strauss: por uma arqueologia de Tristes trópicos. *Revista de Antropologia*. vol.43 n.2 São Paulo.
- Lévi-strauss, Claude. (2009). *Tristes trópicos*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras.
- Locke, J. (1998). *Idendité et différence : l’invention de la conscience*. Présenté, traduit et commentaire par Étienne Balibar. Paris : Éditions Seuil.
- Locke, J. (1965). *An Essay concerning Human Understanding*. Edited by John Yolton, Verised Edition, Everyman’s Library, J-M. Dent and Sons, Londres.
- Locke, John. (2012). *Ensaio sobre o entendimento humano*. Trad. Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Martins Fontes.
- Mello, C. E. (2010). *O Brasil holandês*. São Paulo: Penguin classics.
- Piso, Willem. (1948). *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, [1648].
- Schumacher, B. N. (2008). La personne comme conscience de soi performante au coeur du débat bioéthique : analyse critique de la position de John Locke. *Laval théologique et philosophique*, 64 (3), p.709–743.
- Silveira, Daniel. (2020). *A teoria das ideias e o conceito de identidade pessoal em Locke*. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) da Universidade Federal de Sergipe.
- Singer, Peter. (1997). *Questions d’éthique pratique*. Paris : Bayard Éditions.
- Staden, Hans. (1974). *Dois viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

- Teixeira, Dante Martins (org.) (1995). *Brasil Holandês: Miscellanea Cleyeri, Libri Principis & Theatrum rerum naturalium Brasiliae*. Rio de Janeiro: Editora Index.
- Teixeira, Dante Martins. (2017). Com o diabo no corpo: os terríveis papagaios do Brasil colônia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.25. n.1. p. 87-126. jan.-abril.
- Teixeira, Dante Martins. (1999). *O mito da natureza intocada: as aves do Brasil Holandês (1624 - 1654) como exemplo para a história recente da fauna do Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) - Pós- Graduação em Ciências Biológicas/ Zoologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Temple, William. (1689). *Memoirs of what pass'd in Christendom from the war begun in 1672, to the Peace concluded 1679*. London: Richard Chiswell.
- Thévet, André. (1978). *As singularidades da França Antártica*. São Paulo: Itatiaia/Edusp.
- Toledo, Roberto P. (2006). Papagaio! A tradução ornitológica da nacionalidade. In: *Piauí*. Edição 1, Outubro (<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/papagaio>).
- Woodworth, Francis Channing. (1851). *Stories about birds, with pictures to match*. Boston: Phillips, Sampson & Co.